

A AGENDA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LÓGICA DA TEORIA DO DISCURSO

*Luis Gustavo Teixeira da Silva**

Resumo: o objetivo deste artigo é analisar a mudança de discurso do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores, utilizando como recurso a teoria do discurso advinda do pensamento de Ernesto Laclau. O suporte empírico residiu na análise da política econômica no primeiro mandato do governo Lula, e como esta afetou as relações políticas e ideológicas desta instituição.

Palavras-chave: Partidos, Política econômica, Discurso, Laclau.

Introdução

O intento desse empreendimento visa estabelecer um contínuo acerca das discussões sobre os partidos políticos no Brasil, haja vista uma carência de estudos acadêmicos sobre o discurso destas instituições da política. Desse modo, a proposta aqui tem por objetivo enunciar as relações que o legislativo estabelece com o executivo, objeto clássico dos estudos institucionalistas, no entanto a matriz empírica e teórica utilizada versa sobre a análise do discursos tanto dos Deputados Federais da Direita Brasileira, como reagem discursivamente frente à política econômica do Governo Lula, lembrando que alguns destes compõem a base do governo. Como também dos institutos de pesquisa e especialistas. E, por conseguinte, como eles estabelecem um corpus discursivo para significarem as ações do Governo, declarando dessa forma evidências de suas posições frente a agenda econômica.

* Formando do curso de ciências sociais ISP/UFPEL - Bolsista FAPERGS
E-mail: gustavomanzke@hotmail.com

Assim, utilizam-se as categorias analíticas herdadas da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que contribuem sobremaneira para entender como se distribui o poder político e a forma como se propalam as noções de antagonismo e agonismo na política contemporânea brasileira. Convém lembrar, que discurso deve ser entendido como uma tentativa de fixação de sentidos, sendo assim existem diversos discursos plasmados na sociedade, dentre eles o discurso do senso comum, da mídia, e os que nos interessam o científico e o discurso político, que tem seu lócus de enunciação, os pronunciamentos dos representantes eleitos e nos artigos e resoluções acadêmicas, que requerem tempo e espaço para ocorrer.

Como o objetivo deste artigo é tratar das ações do governo federal em relação à política econômica, se fez necessário recorrer aos órgãos que pesquisam a temática bem como a leitura de artigos, revistas acadêmicas e artigos jornalísticos, que por sua vez esboçam o posicionamento dos especialistas sobre as temáticas nacionais e a condução da política econômica.

É necessário salientar que o objeto da pesquisa veio à baila por conta da recorrência verificada nos discursos correspondentes ao período analisado. Essa recorrência é indelével para que se concretize uma pesquisa, pois esta é responsável para que se efetive um discurso, ou seja, um corpus discursivo, o que a partir de Foucault (1996) e Laclau e Mouffe(1985) chamam de regularidade na dispersão.

Subsidiariamente, a tipologia utilizada para classificar os partidos de direita ou conservadores teve como respaldo teórico o conhecido ensaio de (Mainwaring, Meneguello e Power (2000), que serve de norte para considerações acerca da ideologia partidária brasileira. Dessa forma, baseou-se a pesquisa na análise dos discursos dos deputados dos partidos (PP, PTB, PFL, e PL), onde inclusive alguns deles compõem a coalizão governamental. Assim a temática estabeleceu-se, tendo em vista que o primeiro mandato do Governo

Lula, já que neste período uma das pautas de debate no congresso, fora a flagrante dificuldade do Governo e de seus Ministérios em conduzir e reafirmar os compromissos prometidos em campanhas eleitorais e a manter-se fiel às bandeiras já conhecidas do Partido dos Trabalhadores.

Governo Lula e a Política Macroeconômica: Superávit Primário, Altas taxas de Juros e as Instituições Bancárias.

Lula - Discurso da vitória - 28 de outubro de 2002:

Ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. Foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo. Um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranqüilo, traçar um rumo diferente para si. (...) A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda. (...)

A partir de agora trataremos da Política macroeconômica do governo, e pretendemos apenas esboçar as temáticas escolhidas, pois detalhá-las ainda que sem o refino dos economistas nos permitirá chegar ao objetivo principal deste artigo, que resulta na mudança discursiva do Partido dos Trabalhadores e de suas lideranças.

Passamos agora a entender o que é o superávit primário, palavra essa que ouvimos diversas vezes nos noticiários e que tanto afeta as políticas públicas e sociais de um governo. O superávit primário é um mecanismo onde o governo arrecada mais do que gasta. Diferentemente, o déficit apresenta-se quando há mais despesas do que receitas. Assim no caso do governo o resultado do ano contábil é igual aos gastos do governo menos as receitas deste (tributos diretos, indiretos e outras receitas). O Superávit primário não inclui os pagamentos de juros da dívida, por isso chama-se “primário”, já os

superávits ou déficits totais incluem os pagamentos dos juros da dívida pública interna e externa (FBO, 2004).

Tabela 1. SUPERÁVIT PRIMÁRIO de 1999-2006, EM % DO PIB

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Superávit Primário	3,19	3,46	3,64	3,89	4,25	4,61	4,83	4,32

Fonte: Banco Central do Brasil

A partir dos anos 90, o país passou por um processo de endividamento externo e interno, fruto do grande número de importações para financiar o Plano Real. Desde então o FMI passou a exigir, não só do Brasil, mas de outros países latino-americanos, a realização de um Superávit Primário, no Brasil de 3,1% do PIB para 1999, com o propósito de reduzir a dívida pública do país e segundo a tabela acima, o governo FHC em 1999, fez 3,19%, um pouco mais do exigido. Como podemos verificar, desde então as metas de superávit impostas pelo FMI foram cumpridas com facilidade até chegar ao patamar de 4,83% do PIB em 2005, cerca de R\$ 75 Bilhões. Este mecanismo vem sendo utilizado pela equipe econômica do governo, primeiramente no início para se mostrar confiável aos mecanismos financeiros internacionais, já que havia certa desconfiança no que tange a mudança de FHC para Lula, e em segundo lugar para controlar a inflação.

Assim é consenso entre os especialistas que essa política ao priorizar o pagamento da dívida, em contrapartida tem deixado de atender a demandas sociais que possuem resultados palpáveis para a vida da população. “A combinação de superávit primário cerca de 4,25% do PIB com a política

monetária de juros altos incidentes sobre a dívida pública resulta num dos mais perversos mecanismos de transferência de renda dos pobres para os ricos de que se tem notícia na história do capitalismo” (Assis, 2005). Quando o governo corta gastos, estes podem ser da categoria “despesas correntes” (salários, compras governamentais de bens e serviços, transferências) ou podem ser gastos de investimento (infra-estrutura – energia elétrica, transporte ferroviário, rodovias, portos). Estes cortes afetam a vida de toda a população brasileira. Quando se faz superávit a partir de corte nos gastos públicos, isso significa menos hospitais e escolas, menos médicos e professores, menos transporte público (FBO, 2005).

O governo Lula passou a atender as áreas carentes como a habitação, por exemplo, através da PPP (Parceria Público Privada) que segundo (Lesbaupin, 2004) “nada mais é que a velha privatização dos serviços públicos sob nome fictício. Com o agravado: contém cláusulas que permitem ao Estado cobrir, com recursos públicos eventuais perdas destas empresas privadas que assumirem os serviços”

Tomemos parte do discurso do deputado Osório Adriano (PFL – DF), para entender como essa questão é encarada no congresso por parte da bancada oposicionista:

(...) o atual governo, nesses quinze meses de gestão, tem pensado prioritariamente em arrecadar impostos, sacrificando o desenvolvimento econômico. Esquece que o desenvolvimento social corre paralelo com o econômico. Nem mesmo os investimentos já programados e aprovados no orçamento anual são liberados e canalizados para os setores a que se destinam, os quais ficam seriamente prejudicados pela retenção de verbas (...). Está havendo um grave equívoco do Governo, ao manter o superávit primário na ordem de 4,25% do Produto interno Bruto, arrojando e cortando todas as verbas, inclusive aquelas que não deveriam ser cortadas, que são justamente as destinadas a investimentos. São necessárias medidas efetivas para a desejada retomada do desenvolvimento. (Diário da Câmara dos Deputados, 06/04/2004. pgs 14585, 14586)

(...) E certo que o País não atravessa o seu melhor momento, mas acredito que fixar o salário mínimo em R\$ 300,00 reais (neste ano o mínimo ficou em R\$260,00 reais) é plenamente possível e pode ajudar as famílias brasileiras(...) Todos os dias ouvimos a área econômica do governo asseverar que é preciso manter os ajustes fiscais e essa política monetarista; que é preciso fazer superávits primários para que o País alcance as metas fixadas. Mas, Presidente Lula, Sr. Ministro Antonio Palocci, os trabalhadores não comem superávits, eles não enchem a barriga dos brasileiros. (Diário da Câmara dos Deputados 08/04/2004, pg. 15392)

A mesma análise é feita por alguns economistas:

(...) Além de travar a economia, o superávit primário, agora elevado para 4,5% do PIB, e os juros básicos de agiotagem, agora elevados para 16,75% a.a., são uma verdadeira máquina de transferência de renda de pobres para ricos, na medida em que implicam a tributação indireta dos pobres, e o aumento da tributação direta da classe média, para o pagamento dos juros da dívida pública aos ricos. (“E nada mudou”, Manifesto dos Economistas, novembro de 2004, apud Lesbaupin, 2006).

Vale lembrar que esta agenda implica, sobretudo no aumento da carga tributária, onde a população de baixa renda é a mais onerada, pois gasta todo seu rendimento em consumo, paga, proporcionalmente mais impostos que os ricos, que podem poupar parte de sua renda. Já que os tributos incidentes sobre as grandes fortunas e o patrimônio continuam respondendo pela menor parte do bolo arrecadado, gerando por sua vez mais um instrumento para a concentração da renda.

Que fique claro, nosso interesse passa longe de como teria ou não de ser realizada essas ações, até por que a não realização do superávit poderia gerar danos muito mais graves para a população e à confiabilidade do governo.

Vemos assim uma postura mais moderada no Programa de Governo de 2002, mas que deixa claro o incômodo do Partido dos Trabalhadores com esta política, e a necessidade de um caminho alternativo. Mais abaixo o Programa de Governo de 1998 que mostra uma postura bem mais austera e pouco flexível:

(Programa de 2002) 27. (...) *Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário*, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. Mas vai trabalhar firmemente para reduzir a vulnerabilidade externa e com ela as taxas de juros que hoje asfixiam as contas públicas e o setor empresarial produtivo. (grifos meus)

(Programa de 1998)- o Governo gastou R\$ 46 bilhões apenas com o pagamento de juros da dívida(leia-se Superávit Primário). O investimento e os gastos sociais são sacrificados em benefício dos especuladores;

- Essa política foi e é aplicada por tecnocratas arrogantes e autoritários, muitos deles sobreviventes do regime militar ou da aventura *collorista*.

Governo Lula e a Política Juros: Taxa Selic, Spread Bancário e Instituições Bancárias.

Lula - Discurso em reunião com Ministros do PT - 24 de novembro de 2004:

Eu não mexo na política econômica. Não tem volta. O caminho está tomado e ponto final. Não adianta inventar. Os resultados são positivos e estamos colhendo os frutos, que devem aparecer em 2005. É importante que todo o governo e o partido tenham unidade de ação e discurso afinado. Quem pensa em contestar o rumo da economia não terá espaço comigo para discutir isso.

Há outra questão que merece nossa atenção, entender como a política monetária de altos juros afetou e afeta significativamente as relações de produção. O aumento do crédito ,e por conseguinte do poder de compra da

população, que de igual modo abarcou em um endividamento da população que em 2010 chegou a 60% dos brasileiros registrados nos serviços de proteção ao crédito e como consequência um incrível lucro para as instituições bancárias.

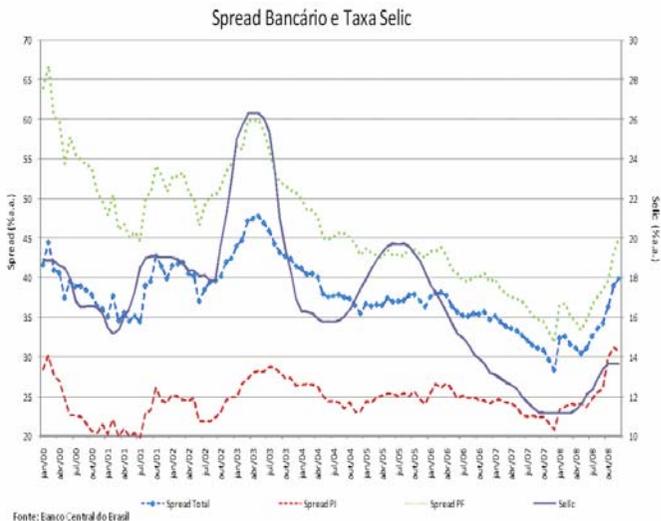
Para iniciar nossa argumentação é importante entender a Taxa Selic, já que ela é a média de juros que o governo paga por empréstimos tomados dos bancos. Quando ela aumenta, é favorável ao banco emprestar dinheiro ao governo, diferentemente quando ela está baixa os bancos preferem emprestar ao consumidor com o intuito de conseguir um lucro maior. Assim quanto maior for a Selic, mais caro será o crédito que os bancos oferecem a população, já que há menos dinheiro disponível. A Selic é instituída pelo COPOM e serve de medida para outras taxas de juros como o crediário, cartão de crédito e a poupança, e sobre a qual o governo remunera os seus títulos.

As taxas de juros são o grande mecanismo que o governo utiliza para controlar a inflação por intermédio da contração de demanda agregada (Sabadini, 2006). Se esta taxa está alta é um sinal de que há menos dinheiro no país, o quanto mais alto forem os juros, é um sinal de que aumentará o custo nas operações de compra e crédito, o que diminui o consumo e prejudica o setor produtivo e aumenta o desemprego e abre um grande espaço ao capital especulativo, que pode entrar hoje e sair amanhã, diferentemente do capital que se compromete a construir fábricas, indústrias ou dar suporte a setores já existentes.

Quanto menor a taxa selic, menor será o custo para tomar empréstimos, e os juros do cartão de crédito, e do crediário? Não necessariamente, pois mesmo com a queda da selic esse reflexo demora a chegar ao consumidor, já que os bancos cobram em forma de juros, outros impostos derivados do risco da inadimplência, seus custos, lucros, e impostos (IOF), essa diferença é chamada de Spread Bancário. Esta modalidade de juros

é referente à diferença entre os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos a pessoas físicas (pf) e jurídicas (pj) e as taxas pagas pelos bancos aos investidores que depositam seu dinheiro em aplicações do banco.

GRÁFICO 1. A variação da Taxa Selic, do spread bancário para (pf) pessoa física e pessoa jurídica (pj) e o spread total no Brasil. Nos períodos FHC e LULA.



O “spread bancário” brasileiro é o mais caro do mundo, com spread médio de 25,3%, em segundo lugar a Colômbia, com 7,4%, seguido da França 7% (Febraban, 2007). Quanto maior o spread mais caro fica o crédito, e consequentemente maior o lucro do banco. Podemos observar também que o Spread varia na sua taxação para pessoa física (pf) e para pessoa jurídica (pj), e essa diferença reside justamente pelo risco da inadimplência dentre outros fatores.

Observamos no gráfico uma oscilação na selic, chegando a ultrapassar a barreira dos 26% 2003 e em 2008 registrou a maior queda no

período analisado, Desde que o Banco Central começou a elevar a taxa básica (Selic), os juros bancários vinham subindo de forma quase ininterrupta (vide tabela), sendo que o único recuo foi registrado no **primeiro mandato** foi em dezembro/2004 e outubro/2006. Entre setembro/2004 e maio/2005, o Banco Central elevou a taxa Selic de 16% para 19,75%, o Spread (pf) a um patamar elevadíssimo, muito acima do Spread (pj) e esses fatores agregados proporcionaram aos bancos uma receita de 19 bilhões só nos primeiros anos de governo Lula o lucro dos Bancos subiu cerca de 1.039% mais de 1.000%, batendo um recorde de lucratividade. E somente em 2003 o povo brasileiro pagou R\$ 145,2 Bi de juros, em 2004 R\$ 128,2 e em 2005, R\$ 157 bilhões (Boito, 2006) .

A título de comparação é necessário citar o estudo da Fiesp, realizado pelo pesquisador José Ricardo Roriz Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para se ter a verdadeira mensuração do que estamos falando. O estudo demonstra que “em 12 meses de crise financeira global (2008), o spread bancário custou R\$ 261,7 bilhões às empresas e consumidores brasileiros”. Como já dissemos, com a Selic em baixa é mais vantajoso aos bancos emprestar dinheiro a população por que paga melhor que o empréstimo ao governo, sobretudo com um spread (pf) entre 17% e 20%. “Se a diferença entre a taxa de juros cobrada por bancos e financeiras e a taxa que eles pagam para captar recursos (spread) seguisse os padrões internacionais, esse custo em 2008 cairia para R\$ 71,5 bilhões, o que representa uma redução de R\$ 190,2 bilhões”.

Vejamos o que diz Roberto Luis Troster sobre o “ spread bancário no Brasil” em artigo publicado pela Federação Brasileira dos Bancos:

Quanto mais caro for o dinheiro, maiores serão os índices de inadimplência e desemprego, e observaremos valores menores de investimento, de consumo e de produção. É fato incontestável que, com juros altos, não há desenvolvimento sustentado e **seus impactos são proporcionalmente piores para as classes menos favorecidas.**

Baixar os juros deveria ser uma prioridade de todos os brasileiros.(...)baixar os custos bancários está na ordem do dia, especialmente por uma demanda de justiça social.(...)

São necessárias regras específicas que dêem um tratamento justo ao tomador de recursos, garantam o retorno dos depósitos e diminuam ônus e riscos da atividade bancária. A falta de boas regras cria custos que são dissipados pela sociedade brasileira, carente de recursos, enquanto que boas regras promovem uma boa intermediação, e têm de estar fundamentadas nos princípios de estabilidade, eficiência e justiça.

Desta forma passamos a entender o motivo da política econômica do governo ser muito criticada por economistas, inclusive marxistas, líderes sindicais e empresários, pois o dinheiro que poderia estar movimentando a economia é sugado pelos bancos, para financiar o consumo interno e o chamado mercado interno de massas. A rejeição a essa política de altos juros era denunciada inclusive pelo Vice – Presidente José Alencar (PL), que inúmeras vezes mostrou sua posição contrária, pois acreditava que essa agenda inibia ou melhor sufocava o crescimento econômico.

Tomemos parte do pronunciamento do Deputado Fernando Fabinho (PFL-BA) da oposição, que alude a relação do PT com os Bancos:

(...) logo no primeiro ano do Governo, após a vitória do Partido dos Trabalhadores. Seus integrantes, que outrora sempre combateram os bancos. – até mesmo satanizavam a intermediação financeira - culpando-os por quase todas as mazelas enfrentadas pela economia e pela sociedade brasileira, na medida em que os identificavam como parasitas a serviço da globalização financeira, agora são seus colaboradores e defensores.(Diário da câmara dos deputados, 20/03/04, p.11589)

Em discurso pronunciado em 28/02/2011, o Senador Aloysio Nunes (PSDB – SP) informou os números divulgados pela Consultoria

Economática que aponta, “os nove maiores bancos do Brasil obtiveram lucro 550% maior no governo Lula do que na gestão Fernando Henrique Cardoso. Entre 2003 e 2010, o lucro líquido dos nove bancos chegou a R\$ 199,4 bilhões, valor corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No governo Fernando Henrique, entre 1995 e 2002, essas mesmas nove instituições bancárias – que incluem o Banco do Brasil, o Itaú e o Bradesco, lucraram R\$ 30,7 bilhões, também em valores corrigidos pela inflação”. (Agência Senado)

Verificamos desta forma que a política econômica aplicada pelo governo é muito distinta do discurso do Partido dos Trabalhadores antes da eleição de 2002, pois vejamos o que dizia os Programas de Governo da campanha de 1998 e da campanha vitoriosa de 2002, para entender a latente transformação desta instituição entre o que ela pratica em política de juros e o que havia prometido e/ou planejado para esta área.

(Programa – 1998) - A política econômica do governo FHC está baseada na valorização artificial da moeda, na abertura irresponsável da economia, na manutenção de altos juros e nas privatizações;

(Programa- 2002) 26.(...) A volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário, criando dificuldades para a retomada do desenvolvimento. *O resultado é que a âncora fiscal que procura evitar o crescimento acelerado da dívida pública interna, pela via dos superávits primários, exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público.* (grifos meus)

Diante das informações obtidas entendemos por que alguns especialistas inclusive marxistas apontam o Governo Lula como um fiel executor do “modelo liberal periférico”(Filgueiras e Gonçalves, 2007). O que

era transitório em 2003 segundo o Presidente, pois representava a “herança maldita” de seu antecessor e um modelo econômico a serviço do capital externo e das elites aristocráticas deste País, tornou-se uma das prioridades na agenda econômica, realizando superávits primários superiores ao seu antecessor, e aplicando uma política de juros que favorece as instituições bancárias.

E o que nos propomos é não cair no julgamento ou avaliação normativa desta agenda, já que se produziram discursos extremamente contrários a ela dentro do Partido dos Trabalhadores em outros partidos, na sociedade civil, sindicatos e na esfera pública, bem como discursos favoráveis. Sendo que o País neste período gozou de um vasto crescimento em exportações de commodities, criação de empregos, aquecimento do mercado interno e aumento no poder de consumo da população. O que nos interessa é justamente essa abertura para significações diversas, própria do deslocamento e da alteração da constituição discursiva de uma instituição, que será positiva ou negativa dependendo da interpelação que o sujeito é significado.

A Política econômica como Significante Vazio

Uma manhã ao despertar de sonhos inquietantes, Gregor Samsa deu por si na cama transformado em um gigantesco inseto. (...) “que tal se dormisse e esquecesse todo aquele disparate?” Pensou, Mas era impossível, por que estava habituado a dormir para o lado esquerdo e, na presente situação, não podia virar-se. Por mais violentamente que se esforçasse por inclinar o corpo para a esquerda, tornava a debater-se ficando de costas para a esquerda. (Franz Kafka, A Metamorfose, cap. 1)

Temos então a partir de agora a noção da mudança da instituição que nos propomos a analisar. Utilizamos um aspecto específico, porém estrutural

do governo que reflete em diversas áreas da vida cotidiana, para embasar nosso argumento o esforço plasmou-se sobre a área econômica, no entanto para obter o mesmo resultado evidentemente outras ações do governo poderiam ser utilizadas.

Passamos agora a entender como a noção de discurso advinda da teoria do pensador Argentino Ernesto Laclau, pode nos auxiliar na compreensão deste cenário. Primeiramente é necessário tornar claro que a perspectiva de discurso utilizada aqui difere da noção comumente empregada, isto é, o estudo que analisa os conteúdos expressos através da linguagem, seja ela textual, visual ou falada. A análise de discurso aqui se refere à teoria dos sentidos, das significações que os grupos ou instituições constroem. Por esse motivo ela é distinta da análise dos conteúdos da linguagem, o que não impede que possamos encontrar os sentidos e os significados que os grupos articulam expressos nestes mecanismos, aliás, é justamente este exercício que estamos realizando.

Por exemplo, nada mais carregado de significado ou nada mais discursivo do que os movimentos de conduta, tais como, os Punk, Rapper, Emo, Grunge etc. que expressam verbal e visualmente suas singularidades e especificidades. De igual modo, nada mais discursivo que as resoluções de congressos e programas partidários, pois eles expressam a idéia daquela instituição no cenário político, e por conseqüência a especificidade que norteará a ação desta instituição.

O discurso então é uma tentativa de fixação, de dar sentido ao real. E o discurso se constitui em uma busca incessante de êxito nesta fixação, mas esta fixação é provisória e precária por mais que dure ao longo do tempo ela é arbitrária e contingente, ou seja, nada garante que ela será obrigatoriamente assim (MENDONÇA, 2003). Desta forma, os discursos sobretudo o político, contêm significados incorporados pelos sujeitos, que os constroem ou são por

ele subjetificados, eles provocam efeitos concretos nas pessoas, militantes, dirigentes etc. na forma como essas pessoas se relacionam entre si, e na forma como a história dos grupos e instituições tomam seus rumos (PINTO, 1988).

Nesse sentido o discurso político apresenta-se como uma repetida tentativa se fixar sentidos em um cenário em disputa. Assim, ele pode ser caracterizado como um discurso que para sobreviver necessita propor e impor sua idéia e verdade a muitos, mesmo que não busque êxito nesta ação. “O discurso político tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive da desconstrução do outro. O que ele faz é desconstruir o outro para se construir, pois se ele não desconstruir o outro não terá condições de construir-se a si próprio” (PINTO, 1988).

Na trajetória do Partido dos Trabalhadores verificamos essas características de se propor como alternativa discursiva ao longo de vinte e poucos anos, concorrendo inclusive com discursos tradicionais e solidificados no cenário político nacional. Ao longo do primeiro mandato constatamos uma distinção já esmiuçada no seu discurso histórico e a prática efetiva. E esse discurso histórico no primeiro mandato do Governo Lula perdeu cada vez mais sua fixidez e sentido.

No entanto, a não realização de um projeto para uma agenda de governo não deveria ser visto com certa naturalidade? Sem dúvida, porém a política econômica para o partido dos trabalhadores e para a esquerda latino-americana representava algo mais, ela representava uma relação de substituição de significados, romper com ela representaria a independência econômica, um novo modelo de economia, que acarretaria uma nova sociedade com valores solidários, em suma, a própria emancipação das nações periféricas ao capital estrangeiro.

Assim, a política econômica representava um significante vazio, pois mobilizava uma série de elementos distintos, como educação, saúde, infra-

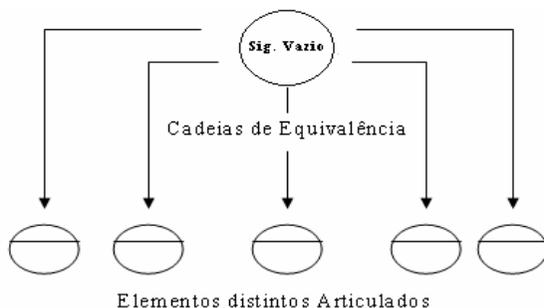
estrutura e etc., onde no discurso petista a deterioração ou problemas destas áreas não estava atrelado, por exemplo, a problemas de gestão ou de qualificação técnica, mas ao modelo econômico vigente, logo o rompimento com este resolveria os problemas de outras áreas que não possuíam elos com a mudança ou não da política macroeconômica, quanto muito um efeito cascata.

Desse modo, para Laclau “um significante vazio é um significante sem significado” (LACLAU, 1996). Pois ao convergir uma gama de sentidos distintos ele chega ao ponto de perder seu significado específico e essa perda é tamanha a ponto dele, significante vazio não poder mais ser significado com um mínimo de exatidão.

Vejamos o exemplo da democracia liberal como significante vazio:

A democracia liberal se constitui em uma cadeia de equivalência com: liberdade de expressão; igualdade perante a lei; eleição dos governantes e representantes (...). Ora, a partir das lutas da década de 60, este termo vai ganhando cada vez mais equivalências e perdendo cada vez mais conteúdos particulares. Compõem esta cadeia de direitos impensáveis antes da II Guerra, tais como: voto universal (homens, mulheres, analfabetos) direitos das minorias, experiência de democracia participativa, direitos sociais, etc. A democracia paulatinamente se torna um significante vazio. (PINTO,1999)

Assim o conceito de significante vazio é imprescindível para a compressão de discursos que buscam a emancipação, tomemos a exemplificação gráfica para demonstrar essa prática articulatória.



O significativo vazio é o ponto nodal desta cadeia de equivalência que possui cinco elementos articulados. Cada elemento em um primeiro momento são antípodas, isto é, sem relação alguma um com o outro. A existência do ponto nodal, que em nosso caso é o discurso da política econômica do partido dos trabalhadores, logo, como já dissemos os elementos distintos e sem diálogo entre si estabelecem ligações, sendo os problemas da saúde, educação, habitação, infra-estrutura reflexos da política econômica de FHC. Obviamente que a não realização do superávit primário possibilitaria uma gama de recursos para essas áreas, mas essa relação não é causal, a não ser se articulada por um significativo vazio. Pois a não realização deste mecanismo adotado por todas nações latino-americanas poderia acarretar conseqüências mais graves para sociedade, tanto na economia, como no crédito diplomático da própria nação em relação às outras.

Desse modo, a não implementação de um modelo alternativo e segundo alguns analistas citados que caracterizam a política econômica do governo Lula como uma continuidade a de seu antecessor, há uma quebra ou a impossibilidade desse significativo exercer seu papel emancipador. Esse momento de crise estrutural apresenta-se quando os sentidos que estavam sedimentados na constituição discursiva desta instituição passam a flutuar.

A incapacidade do partido em significar essa nova situação, ou seja, a continuidade na economia, abriu fissuras no discurso até então hegemônico, isto é, as mazelas do País advém do modelo econômico vigente. Convém ressaltar que esse deslocamento da base discursiva não representa um fracasso da estrutura, mas antes um processo de re-significação de seus conteúdos, o valor será dado por outras formações discursivas. Este momento segundo Laclau, é quando discursos externos passam a povoar o interior da estrutura, e quanto maior o deslocamento, maior a abertura, e assim maior a possibilidade de novos discursos emergirem, contrastantes com as concepções anteriores, mas vital para a sobrevivência da estrutura.

A Lógica da Equivalência e da Diferença

No entanto baseados na Teoria do Discurso, duas lógicas elaboradas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são indispensáveis para compreender este momento da política nacional, ou seja, a lógica da diferença e a lógica da equivalência que fornecem os suportes necessários para a percepção desta mudança em que viveu o Governo Petista.

Sabemos que os sentidos são construídos historicamente, e ao longo de sua trajetória política o PT constitui-se como antagônico às forças políticas vigentes no cenário nacional, buscando um discurso e prática política que o diferenciava dos demais partidos políticos, tanto pelo seu apelo popular, como por sua origem sindical.

Podemos utilizar a lógica da equivalência para interpretar o Partido dos Trabalhadores a construção do discurso petista antes do Governo Lula, que refere-se a uma relação onde A nega B, A nega C, e A nega D, logo A é a negação de $B=C=D$, que se constituem no discurso de A como iguais. Assim a lógica de equivalência pressupõe relações antagônicas e se constrói a partir da

diferença entre os atores envolvidos. Portanto, esse discurso constrói uma cadeia de equivalências entre, por exemplo, o que é de “esquerda” ou o que é “cristão” e de forma antagônica aquilo que representa a sua negação, que não têm plena positividade.

Lembrando que a relação é antagônica quando a presença de um não deixa que o outro se constitua completamente. Não posso ser completamente “eu” na presença do outro (PINTO, 1988). Sendo assim uma relação entre dois elementos A e B onde existe uma relação de antagonismo, no plano da suas essências eles não podem ser concebidos em um sistema sem tornar este impossível, somente pode existir em uma relação antagônica uma relação de exclusão. A e B sendo antagônicos, se A é, B não é e reciprocamente (MENDONÇA, 2003).

Por sua vez ao passo que ser A é necessariamente negar B e ser B é necessariamente negar A, a relação antagônica pressupõe uma complementaridade entre A e B. Desse modo ser A é não ser B, dado que a possível existência deste constitui a radical negação dos conteúdos de B, as presenças de A e B são condições mesmas da possibilidade de ambos os elementos antagônicos. A complementaridade entre eles baseada na negação recíproca consiste paradoxalmente na possibilidade da existência de ambos. A relação antagônica, guarda em si o paradoxo da possibilidade e da impossibilidade dos elementos antagônicos tomados entre si. De outra forma A só é A por que nega B, B só é B por que nega A, ou seja, ambos somente são, uma vez que o outro se faz presente (MENDONÇA, 2003).

Por exemplo, o discurso marxista, põe proletários e burgueses em uma relação antagônica clássica, onde um se constitui na negação do outro, tudo o que não é proletário perde a identidade e passa a ser somente burguesia. De igual modo a completude da revolução proletária ou da ditadura do

proletariado, preconizada pela literatura marxista só será completa na irremediável extirpação do outro, isto é, a burguesia.

Na política nacional nos períodos de 1982 à 2002, PT, PSB, PC do B, PDT e de certo modo PSDB, possuíam elos comuns a partidos de centro – esquerda. Porém dentre estes o PT sempre logrou uma distinção e uma postura antagônica aos demais componentes do sistema partidário brasileiro, estabelecendo-se como o partido da ética e único defensor do povo brasileiro excluído. Certamente, sempre houve outros partidos de esquerda no quadro nacional, mas estes depois da redemocratização sempre tiveram um papel periférico, e a sombra do PT.

As relações do PT com os demais partidos supunha (salvo os partidos de esquerda que formavam a Frente Popular) que essas forças não poderiam coexistir em um sistema sem ao mínimo torná-lo incoerente. Portanto, a presença de um resultava na exclusão do outro, por não compartilharem universais mínimos e conteúdos comuns, devido às políticas adotadas pelos demais partidos, liberalização, privatizações, ligações com os bancos etc., onde o PT acreditava ser uma política com vistas ao capital privado, sem priorizar a população carente, construindo uma cadeia de equivalências, onde tudo o que não era Frente Popular ou PT, era partido burguês defensor dos direitos das elites aristocráticas deste País.

O que assistimos e constatamos é que antes mesmo da vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002, esse discurso clássico da esquerda já perdia fixidez, e uma evidencia disso é a composição da coligação da chapa presidencial, onde o PT reuniu setores da esquerda aliado a partidos reconhecidamente da direita tradicional, e sobretudo após a vitória em 2002, onde demonstramos que a prática da agenda econômica do governo segundo analistas econômicos têm uma distinção quase nula à de seu antecessor, antagônico e dito “neoliberal” Fernando Henrique Cardoso.

Assim podemos estabelecer um paralelo entre a mudança que ocorreu no PT de Lula e a vivida pelo Trabalhismo Britânico nos anos 90 de Tony Blair. Os dois têm por característica serem de esquerda e propor uma alternativa ao modelo até então vigente, no caso brasileiro as políticas de FHC, no caso inglês a ascensão neoliberal de Thatcher. “Tanto um quanto outro seguiram a onda “conservadora” de seus antecessores, e adotaram e ampliaram as políticas liberais já existentes a postura desses partidos no governo podem ser consideradas tão ou mais agressivas que as dos próprios partidos de direita que deveriam por princípio ser os legítimos representantes da ortodoxia neoliberal (SABADINI, 2006).

Outro aspecto que os aproxima diz respeito ao distanciamento de suas bases por exemplo, Tony Blair para ampliar sua base eleitoral “promoveu reformas que desvincularam o partido do movimento sindical e, por sinal, diminuíram o poder dos líderes sindicais. E o objetivo era construir um eleitorado heterogêneo, distante da plataforma eleitoral radical e inviável, que se opunha inclusive as políticas públicas reformistas(POWER, 1997).

Sem dúvida, a partir deste primeiro mandato de Governo, a lógica de equivalência e o antagonismo já não são mais satisfatórias para significar tanto o Governo Lula, como o Partido dos Trabalhadores. Desse modo, passamos a entendê-los segundo a lógica da diferença, que sugere que A é # B # C # D, assim não são mais antagônicos, mas somente diferentes, como supõe a visão clássica de partidos que sugerem agremiações com propostas ideológicas que se posicionam sob diferentes ângulos para propor benesses ao todo. Nessa lógica cada um define-se completamente de forma independente do outro, tendo plena positividade.

Sendo estes apenas diferentes e nesse caso específico até compartilhando sentidos, pois o Governo Lula ampliou sua base de sustentação e abrindo espaços no Governo para inimigos históricos, tais como

José Sarney e Severino Cavalcanti, e a partidos de direita como o PL, PP e PTB. As relações estabelecidas no Governo passam de antagônicas para relações agônicas.

As relações agônicas não possuem como objetivo último a destruição do oponente, nem ao menos pretende vê-lo como inimigo, mas antes logra a legitimidade no campo discursivo com outros discursos que também possuem a mesma legitimidade. Assim as relações agônicas são distintas das relações antagônicas. As relações agônicas preconizam a necessidade de diferentes formações discursivas, ainda que essas disputem o mesmo espaço no campo discursivo, há o reconhecimento da legitimidade do outro.

Desse modo, parece natural que em um Estado democrático de direito , com uma democracia pluripartidária a tendência dos discursos seja cada vez mais a de povoarem o centro, e podemos encarar com certa naturalidade conceitual esta mudança discursiva e quebra da expectativa da esquerda no PT, pois para garantir a sobrevivência e a governabilidade as instituições tem de fazer concessões, caso sua pretensão seja a permanência no poder e/ou no estado.

O cenário político uruguaio atualmente nos fornece essa referência já que durante mais de um século “Blancos” e “Colorados” representaram as duas forças majoritárias e antagônicas neste país. Com o advento da “Frente Amplia” essas duas forças tradicionais perdem seus espaços e tiveram de fazer concessões em suas rivalidades históricas e re-alinhar seus discursos, tendo em vista a sobrevivência destes, chegando até ao limite da proposição de fusão destas, para que assim se tornassem mais competitivos no cenário político e uma alternativa a “hegemonia” da “ Frente Amplia”. Assim, dito de outra forma, em democracias consolidadas cada vez menos são permitidas ações aventureiras que não visem o diálogo e a governabilidade (Mouffe 2005).

Conclusão

E havia, finalmente, o par de luvas, descansando na toalha como mãos meio abertas, como se as mãos que antes abrigaram tivessem se fundido passo a passo dentro delas, abandonando suas formas, sua precária temperatura, o cheiro de fósforo, do suor, que o tempo iria gastar até transformá-lo em nostalgia. (Juan Carlos Onetti, *A Vida Breve* pg. 65).

Para tanto, acreditamos que os primeiros anos da Era Lula foram os mais cruciais, ademais dos anos que sucederam escândalos de corrupção. Pois neste ano assistimos uma “crise de paradigmas” ou uma “metamorfose kafkiana” nas plataformas ideológicas do PT e a dificuldade em incorporar as bandeiras históricas do partido em políticas efetivas de governabilidade.

Esse processo que culminou inclusive na expulsão de filiados históricos, que fundaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pois eram contrários as posturas que o PT passou a adotar para garantir o processo de governabilidade. Este período fora sem dúvida um divisor de águas na história do PT, que atualmente pode ser classificado como um partido social – democrata ou de centro – esquerda, ou a exemplo da esquerda uruguaia um partido *catch-all*, ou seja, sem fortes bandeiras revolucionárias, mas pautados na manutenção dos princípios da democracia representativa e nos sucessos eleitorais de seus quadros. Talvez se perguntássemos hoje ao Presidente Lula ou aos dirigentes do PT, “O Senhor é Socialista” teríamos com certeza uma resposta muito próxima a que Blair deu a essa pergunta “Se por Socialista o interlocutor entende um compromisso com o tradicional programa de governo da esquerda, não sou socialista” (POWER, 1997).

Referências bibliográficas:

- ASSIS, J. C. de (2005). “A Macroeconomia do pleno emprego”. In: SICSÚ, PAULA e MICHEL (orgs.) (2005).
- BRASIL. Diário da Câmara dos Deputados. Jan./Jun. 2004.
- BOITO Jr., A. “A hegemonia neoliberal no governo Lula”. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Editora Revan, no 17, 2003.
- FILGUEIRA, L. G., R. *A economia política do Governo Lula*. 1º ed. São Paulo, Contraponto, 2007.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FÓRUM BRASIL PARA O ORÇAMENTO. Superávit Primário . 3 ed. Brasília, 2004.
- _____. Superávit Primário . 4 ed. Brasília, 2005.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C.. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- LESBAUPIN, I. “O Governo neoliberal de Lula: O Desmonte de um sonho”. <http://www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/84.DOC>, Dez/2004. acessado em 23/04/2011.
- _____. “Governo Lula: O Governo neoliberal que deu certo?” <http://www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/133.DOC>, Jun/2006. acessado em 20/04/2011.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MENDONÇA, D. de. “A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da Teoria do discurso”. Curitiba: Rev. Sociol. Polit. nº 20. p. 135-145. 2003.

MOUFFE, C. “Por um modelo agonístico de democracia”. Curitiba: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

PINTO, C. R. J. *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec. 1988.

POWER, T. *A social democracia no Brasil e no mundo*. 3ªed. Porto Alegre: Inst. Teotônio Vilela. 1998.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (2002). Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa.shtml>. Acesso em: 04/04/2011.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1998). Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/uniaodopovomudabrazil.pdf> páginas 4 e 5. Acesso em: 05/04/ 2011

REHDER, M. “Spread bancário custa R\$ 261 bi aos brasileiros em 12 meses”, *O Estado de S. Paulo*, 26/12/09.

SABADINI, M. *A política econômica do governo Lula: reformismo e submissão ao capital financeiro*. Jornada de economia crítica, Barcelona: Espanha, 2006.